ERRICO MALATESTA

SOLUÇÃO ANARQUISTA PARA A QUESTÃO SOCIAL

GUILDA DE ESTUDOS SOCIAIS
S.PAULO, 1962

CADERNOS DO
GRUPO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA SOCIAL
vol 1 – n 2
2017

São Paulo

O GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA SOCIAL é a divisão de pesquisa e publicações do CÍRCULO ALFA DE ESTUDOS HISTÓRICOS : associação sem fins lucrativos fundada em São Paulo em 1986 com a finalidade de incentivar o estudo do desenvolvimento histórico das sociedades e das culturas, de promover a compreensão das obras e atividades humanas em suas relações com o meio social.

O GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA SOCIAL reúne pesquisadores e especialistas da história da formação social brasileira, da história do movimento operário e dos temas da modernidade e da cultura contemporânea.

contato: gehistoriasocial@gmail.com
blog: www.gehistoriasocial.blogspot.com.br

Círculo Alfa de Estudos Históricos

São Paulo

Apresentação

A brochura de Errico Malatesta que aqui reproduzimos foi publicada pela Guilda de Estudos Sociais em São Paulo em 1962. O título de "guilda" nos remete às corporações de ofício medievais consideradas, enquanto associações de artesãos, como precursoras ou primeiros esboços de associações de produtores diretos, ou seja, de trabalhadores manuais, as quais prefiguram a seu modo, isto é, simbolicamente, os sindicatos operários da era moderna. A presente brochura não traz a fonte do original do anarquista italiano, nem o nome do tradutor: trata-se de publicação de propaganda que, como tal, destina-se, de modo direto e econômico, ao trabalho da militância e ao público geral. Errico Malatesta (1853-1932) foi um dos mais importantes dos revolucionários anarquistas do final do século XIX e início do século XX. Homem de ação e pensamento, sua vasta obra escrita, publicada nos diversos jornais e revistas que editou ou colaborou, esteve sempre subordinada à militância incansável de propagandista e organizador não apenas na Itália, mas internacionalmente, na Europa, nos EUA e mesmo na América Latina (Argentina, Cuba) nos diversos países em que viveu ou visitou tanto como exilado, em períodos e por durações diversas, ou como colaborador das diversas agremiações e movimentos anarquistas nacionais e regionais.

Os escritos de Malatesta de análise política, de teoria, de intervenção, apresentam uma perspectiva de constante escrutínio da realidade imediata, tanto das possibilidades como dos limites para a ação revolucionária no contexto da atualidade, e, igualmente, uma reiterada insistência na consideração da dialética entre fins e meios, no ajuste necessário entre caminho e meta, entre desejo e realidade e na afirmação intransigente, fortalecida assim pela crítica do real, dos valores e fins da vertente anarquista denominada de comunismo libertário. Enriquecidos, mas nunca limitados pelo enraizamento na luta cotidiana, os textos de Malatesta expressam a vivência e personalidade do revolucionário italiano o qual, filho de pais abastados, ao herdar a riqueza familiar distribuiu as propriedades rurais entre seus trabalhadores e utilizou seus recursos financeiros para a propaganda e organização do movimento anarquista. Renunciando à sua posição de classe, abandonando seus estudos de medicina para dedicar-se à luta política, o jovem Malatesta tornou-se aprendiz de mecânico e eletricista e neste ofício ganhou a vida mesmo em idade avançada, Tratava-se de opção consciente

e congruente com sua concepção da luta e do movimento: aceitava os recursos das organizações e iniciativas individuais ou coletivas, quando estes eram necessários para tarefas urgentes, importantes e auspiciosas em seus resultados, mas recusava o que entendia como perigo da profissionalização do revolucionário e de reificação das próprias estruturas do movimento anarquista.

A abertura ao real, a adaptabilidade, a capacidade de responder rapidamente, criativamente às mudanças de contextos e de conjunturas era para Malatesta um dos pontos centrais da teoria e da prática do comunismo libertário: a intransigência no que diz respeito aos valores e fins do movimento mostrava seu pleno sentido apenas na inteligência, igualmente corajosa, desprovida de preconceitos e idealizações abstratas, da realidade. Deste modo, Malatesta aliava o pensamento complexo, guiado e enriquecido pela prática revolucionária, à clareza e à simplicidade do estilo, à comunicação direta do publicista e jornalista de vanguarda, que podemos discernir no presente breve escrito.

A meta da organização social sem dominação pela violência física e/ou simbólica (que sempre se implicam mutuamente), isto é, a organização "horizontal", igualitária e participativa, criativa, da produção e do consumo, da vida material e da vida moral, da técnica, da cultura, etc, pois de *organização* se trata efetivamente para o anarquismo ou comunismo libertário (malgrado os equívocos associados ao termo, e mesmo por alguns "anarquistas") como o define Malatesta, em suma, a perspectiva anarquista do socialismo aponta a relação dominação e exploração, o sistema capitalista e o estado, na concepção do revolucionário italiano, como duas faces de uma mesma questão. Questão de constante e renovada atualidade e urgência na nossa era neoliberal, após a dissolução da experiência soviética do socialismo, que podemos chamar de "socialismo vertical", e das transformações da experiência chinesa, para citarmos apenas duas das mais importantes experiências revolucionárias do século XX. E, igualmente, em nosso contexto atual onde com o Golpe de Estado de 2016 a direita neoliberal (chamar de "extrema direita" seria aqui mero pleonasmo pelo que conhecemos da direita brasileira e sua vocação golpista) tomou de assalto de modo exclusivo o comando do estado, desfazendo o frágil "pacto de interesses" das classes no período pós-ditadura militar e mais uma vez na história do país assistimos a interrupção violenta de um período de democracia institucional.

Democracia limitada, parcial, enfraquecida, desnaturalizada como é a democracia

atual mesmo nos países centrais da tradição republicana moderna, etc, e, no entanto, importante para o aprendizado e organização política das massas. É necessário lembrar sempre que, ao contrário do que dá a entender a ideologia da mal denominada "normalidade democrática", a democracia não é "dádiva" celeste ou produto da natureza, mas resultado histórico da luta de classes, das lutas dos trabalhadores e da ofensiva popular.

O golpe em curso, como demonstração de força revela ao mesmo tempo o esgotamento de um sistema de dominação e a necessidade de intensificar profundamente a exploração das massas como resposta à crise estrutural do capitalismo dependente expressando a crise global do sistema capitalista. A classe dominante brasileira se despe assim de quaisquer veleidades civilizatórias e de autonomia nacional e mostra seu profundo atavismo e identidade histórica de classe e nação inicialmente estruturada na periferia do mundo capitalista pelo trabalho escravo. A burguesia ou, mais propriamente, a *"lumpen burguesia"* brasileira (burguesia retardatária, periférica, dependente) e seus auxiliares e associados nada tem de bom, de razoável ou mesmo de aceitável, a oferecer ao povo brasileiro e demonstra isso abertamente com o golpe. Neste sentido, a crise atual contribui também para acelerar o aprendizado político das chamadas "classes subalternas", dos dominados e explorados da nação.

Aqui o papel dos revolucionários é, como no exemplo que abordamos brevemente acima do pensamento e da ação de Malatesta em seu contexto histórico próprio, o de compreender o momento, esclarecer o interesse real dos atingidos pelo golpe, o povo brasileiro na sua maioria, e desvendar caminhos para a imaginação popular e a ação de resistência a qual significa, de um lado, um constante aprendizado ***com*** as massas, de outro, a necessidade de avançar alternativas práticas: a crise impõe novas soluções, a resistência implica em iniciativas efetivas e avanços concretos seja na curta, na média ou na longa duração. O golpe é divisor de águas e o mero retorno ao *status quo ante* uma impossibilidade criada pela ofensiva golpista - a democracia brasileira deve reinventar-se com o aporte decisivo, e mesmo inédito, do movimento popular, da classe trabalhadora, dos excluídos e marginalizados.

Carlos Malavoglia, *julho 2017*

Sobre Errico Malatesta o leitor pode consultar a biografia e análise escrita por Luigi Fabbri, camarada e discípulo de Malatesta, disponível na rede:
em espanhol: http://www.portaloaca.com/historia/biografias/10791-libro-vida-de-malatesta-luigi-fabbri.html
em italiano: http://www.socialismolibertario.it/malatesta.pdf
em inglês: http://libcom.org/library/life-malatesta-luigi-fabbri?quicktabs_1=1

acessados em 23/07/2017

ERRICO MALATESTA
SOLUÇÃO ANARQUISTA
para a Questão Social
GUILDA DE ESTUDOS SOCIAIS
São Paulo – Brasil
1962

ERRICO MALATESTA

SOLUÇÃO ANARQUISTA para a QUESTÃO SOCIAL

GUILDA DE ESTUDOS SOCIAIS
São Paulo - Brasil
1962

ERRICO MALATESTA

Errico Malatesta foi, no movimento libertário, o pensador, o doutrinador, o prègador criterioso e seguro do ideal que defendia, ao mesmo tempo que o homem de ação, o agitador que procurava despertar as energias do povo para que defendesse por si mesmo os seus direitos.

Podendo ter enriquecido a literatura social com obras geniais na exposição dos princípios libertários, preferiu sempre a ação à teoria que tão bem sabia explanar.

Os seus trabalhos estão esparsos por jornais e revistas de numerosos países, de entre os quais os seguintes, que dirigiu: "La Agitazione", "Voluntá", "Pensiero e Voluntá", "La Questione Sociale", "Umanitá Nova", "L'Associazione" e "La Rivoluzione Sociale". O seu mais dileto discípulo, Luigi Fabbri, reuniu em dois volumes ("E. Malatesta — Sua Vida e sua Obra") os melhores artigos aparecidos nestas publicações periódicas.

Como obras primorosas de sua lavra, podem ser ainda citadas "A Anarquia", "Entre Camponeses", "No Café" e "Em Tempo de Eleições", divulgadas em diversas línguas, inclusive a portuguêsa, em edições lançadas no Brasil e em Portugal.

Como homem de ação, figurou, em situação de destaque, em numerosas agitações populares e em rebeliões reivindicadoras, com início na Itália, em 1874, nas Apúlias, e, em 1877, em Moline além de atuar em outros movimentos, citados em suas biografias, publicadas em anos recentes por Luigi Fabbri, Max Netlau e Armando Borghi.

A sua vida foi um contínuo peregrinar pelo mundo, de um país para outro, em incessante luta e perene perseguição policial.

De entre os numerosos países que se benificiaram com a redentora sementeira de idéias levada a cabo por E. Malatesta, citemos particularmente a Suiça, a Alemanha, a Inglaterra, a Espanha, os Estados Unidos, e a Argentina. Em tôdas estas terras, desenvolveu o grande lutador em prol da Anarquia uma ação incansável. Numerosos foram também os congressos que tiveram a sua participação, a começar pelos da Associação Internacional dos Trabalhadores, e inúmeras foram as conferências que pronunciou em tôda a sua peregrinação pelo mundo.

As suas fugas tornaram-se históricas, como, por exemplo, da Espanha, de onde conseguiu escapar à execução pelo garrote. Também sensacional foi a sua fuga da Ilha de Lampedasa, na Itália, onde se encontrava deportado.

Nascido em 1853, em Santa Maria Capua Vetere (Nápoles), fazia o curso de medicina quando foi sacudido pelos princípios renovadores. Iniciou as suas atividades propagandísticas entre os republicanos, passando, depois, para o socialismo e, finalmente, identificando-se com o movimento anarquista, como discípulo de Miguel Bakúnine, como êle pensador e combatente de tôdas as lutas libertárias.

Filho de família abastada e herdeiro de extensas terras, entregou-as aos camponeses que as amanhavam. Podendo viver de sua pena e da sua cultura, preferiu a vida de operário, a fim de compartilhar com os trabalhadores as agruras da injustiça social e melhor disseminar entre êles as idéias de dignificação humana.

Em 1884, encontrava-se no exílio para escapar a nova e pesada pena de prisão, quando irrompeu uma grande epidemia de cólera em Napoles. Não hesitou: correu a prestar o seu concurso, para tal servindo-se dos conhecimentos clínicos adquiridos em seu curso médico, interrompido pelas perseguições policiais.

Surpreendido pelas autoridades nessa obra de solidariedade humana, tais foram as demonstrações de sua dedicação e desprendimento pelos perigos a que se expunha, que tiveram de suspender a execução da sentença que sôbre êle pesava.

Êsse o grande lutador que se chamou Errico Malatesta, falecido sob o domínio do fascismo; êsse o autor dêste trabalho sôbre os princípios anarquistas; êsse o homem integral que dignificou a humanidade com uma existência de bondade, de dedicação, de sacrifícios em prol dos direitos supremos do homem.

ERRICO MALATESTA

Solução Anarquista para a Questão Social

1

ORIGEM DOS MALES SOCIAIS

Cremos que a maior parte dos males que afligem a humanidade são devidos à má organização social, e que os homens, por sua vontade e seu saber, podem fazê-los desaparecer.

A atual sociedade é o resultado das lutas seculares que os homens travaram entre si. Os homens desconheceram as vantagens que podiam resultar para todos da cooperação e da solidariedade. Consideraram cada um de seus semelhantes (excetuados, quando muito, os membros de sua família), um concorrente ou um inimigo. E procuraram monopolizar, cada qual para si, a maior quantidade possível de gozos, sem pensar nos interêsses dos outros.

Naturalmente, nesta luta, os mais fortes e os mais espertos deveriam vencer, e, de diversas maneiras, explorar e oprimir os vencidos.

Enquanto o homem não foi capaz de extrair da Natureza senão o estritamente necessário à sua manutenção, os vencedores limitaram-se a pôr em fuga

e a massacrar os vencidos para se apoderarem dos produtos silvestres, a caça ou pesca, num dado território.

Em seguida, com a criação do gado e o aparecimento da agricultura, quando um homem soube produzir mais do que precisava para viver, os vencedores acharam mais comodo reduzir os vencidos à escravidão e fazê-los trabalhar para êles.

Muito tempo após, tornou-se mais vantajoso, mais eficaz e mais seguro, explorar o trabalho alheio por outro sistema: conservar para si a propriedade exclusiva da terra e de todos os instrumentos de trabalho, e conceder uma liberdade aparente aos expoliados. Logo, êstes, não tendo meios para viver, eram forçados a recorrer aos proprietários e a trabalhar para êles, nas condições que lhes impunham.

Assim, pouco a pouco, a humanidade tem evoluído através uma rêde complicada de lutas de tôda a espécie — invasões, guerras, rebeliões, repressões, concessões, feitas e retomadas; associações dos vencidos unidos para a defesa, e dos vencedores coligados para a ofensiva. O trabalho, porém, não conseguiu ainda a sua emancipação. No atual estado da sociedade, alguns grupos de homens monopolizam arbitràriamente a terra e tôdas as riquezas sociais, enquanto que a grande massa do povo, privada de tudo, é espezinhada e oprimida.

Nós conhecemos o estado de miséria em que se encontram geralmente os trabalhadores — e também conhecemos todos os males derivados desta miséria: ignorância, crime, prostituição, fraqueza física, abjeção moral e morte prematura.

Verificamos a existência de uma casta especial, o *Govêrno*, de posse dos meios materiais de repressão e arrogando-se a missão de legalizar e defender os privi-

légios (dos proprietários, contra as reivindicações dos proletários, pela prisão, e os do Govêrno, contra a pretensão dos outros governos, pela guerra). Detentor da fôrça social, o Estado utiliza-a em proveito próprio, criando privilégios permanentes e submetendo à sua supremacia mesmo a classe dos proprietários.

Entretanto, outra categoria especial, o *Clero*, por meio de uma pregação mística sôbre a vontade de Deus, a vida futura, etc., consegue convencer os oprimidos a suportar dòcilmente a opressão. Tanto o *Clero*, como o Govêrno, além dos interêsses dos proprietários, prosseguem na caça dos próprios interêsses.

Ao jugo espíritual do Clero ajunta-se o de uma "cultura" oficial cuja finalidade consiste quase exclusivamente em servir aos interêsses dos dominadores, representando por isso a negação mesma da ciência e da verdadeira cultura. Tudo isso fomenta o jacobinismo, os ódios de raça, as guerras — e a paz armada, por vêzes mais desastrosa ainda que as guerras. Tudo isso transforma o amor em tormento ou em mercado vergonhoso. E, no fim de contas, reinarão o ódio mais ou menos disfarçado, a rivalidade, a suspeita entre todos os homens, a incerteza e o mêdo de cada um em face de todos.

Êste estado de coisas queremos mudá-lo radicalmente. E, pois que todos êstes males derivam da luta entre os homens, da procura do bem-estar de cada um para si e contra todos os outros, queremos remediar semelhante sistema, substituindo o ódio pelo amor, a concorrência pela solidariedade, a procura exclusiva do bem-estar particular pela cooperação fraternal para o bem de todos, a opressão e o constrangimento pela liberdade, a mentira religiosa e pseudo-científica pela verdade.

2

FINS E FORMAS DA SOCIEDADE

No estudo das sociedades humanas e nas construções ideais que se possam fazer duma nova sociedade, há dois pontos a considerar: 1 — as relações morais ou jurídicas, como quiserem, entre os homens, isto é, o fim que se atribui à conveniência social; 2 — a forma em que se estruturam essas relações, isto é, o modo de organização que assegura a observância dos direitos e deveres respectivos, o método pelo qual se tende à realização do fim proposto à sociedade.

Sob o primeiro ponto-de-vista, pode conceber-se a sociedade de três modos fundamentais: 1.º — Como massa de homens nascendo e vivendo para servir a um ou poucos indivíduos privilegiados por direito de conquista, mascarado depois com o pretenso direito divino (êste é o regime *aristocrático*, extinto em muitos países e desaparecendo gradualmente no resto do mundo). 2.º — Ou como a convivência de indivíduos originária e teòricamente iguais, que lutam uns contra os outros, cada qual para açambarcar a maior quantidade possível de riquezas e de poder, desfrutar o trabalho alheio e submeter os outros ao seu domínio (é o *individualismo* egoista que domina o mundo burguês de hoje e produz todos os males sociais que lamentamos). 3.º — Ou como um laço de solidariedade entre os homens, cada um dos quais coopera com os outros para o maior bem de todos; como um meio para assegurar a todos o máximo de desenvolvimento, a máxima liberdade, o máximo bem-estar possível (é o *socialismo*, ideal de todos os amigos sinceros e iluminados da espécie humana).

Sob o segundo ponto-de-vista, há ainda três modos principais de organização social, três métodos, três constituições políticas: 1.º — O domínio exclusivo de um ou de poucos (*monarquia absoluta, cesarismo, ditadura*) que aos outros impõem a própria vontade, ou no seu próprio interêsse e no de sua casta, ou com a intenção, que pode mesmo ser sincera, de promover o bem de todos. 2.º — A chamada *soberania popular*, isto é, a lei feita, em nome do povo, por aquêles que o povo elegeu. Esta lei representa, teòricamente, a vontade da maioria, mas na prática é o resultado duma série de transações e ficções, de que sai falseada toda a genuína expressão da vontade popular (é a *democracia*, a *república*, o *parlamentarismo*). 3.º — A organização direta, livre, consciente, da vida social, feita e mudada, quando fôr preciso, por todos os interessados, cada um na esfera de seus interêsses, sem delegações fictícias, sem laços inúteis, sem imposições arbitrárias (é a *anarquia*).

3

O ANARQUISMO

Em resumo, queremos:

1.º) A abolição da propriedade capitalista ou estatista, da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém tenha meios de viver explorando o trabalho dos outros, e que todos, assegurados os meios de produzir e de viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se livremente uns com os outros, no interêsse comum e de conformidade com as simpatias pessoais.

2.º) Abolição do Govêrno e de qualquer poder que faça leis para impô-las aos outros; portanto, abolição das monarquias, das repúblicas, dos parlamentos, dos exércitos, das polícias, das magistraturas e de tôda e qualquer instituição dotada dos meios de constranger e de punir.

3.º) Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme a vontade de seus componentes, guiados pela ciência e pela experiência, e libertas de tôda a obrigação que não se originar da necessidade natural (à qual todos de bom grado se submeterão quando lhe reconheçam o caráter inelutável).

4.º) A todos garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem estar, particularmente às crianças e a todos os que são incapazes de prover à sua subsistência.

5.º) Combate, pelo esclarecimento, pela difusão dos conhecimentos científicos, a tôdas as religiões e a tôdas as mentiras, mesmo que se ocultem sob o manto da ciência. Instrução completa para todos, até aos graus mais elevados.

6.º) Combate às rivalidades e preconceitos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos.

7.º) Integração da família, de tal modo que ela resulte da prática do amor, fora de tôda pressão legal, de tôda a opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso.

Eis aí o nosso ideal, e, resumidamente o nosso programa, o programa comunista-anarquista.

4

SOCIALISMO E ANARQUISMO

Mas qual é a forma política que melhor se adapta à realização do princípio da solidariedade nas relações humanas? Qual o método que mais seguramente nos poderá conduzir ao triunfo completo e definitivo do socialismo? Certamente não pode dar-se a esta pergunta uma resposta absolutamente segura, pois, tratando-se de coisas irrealizadas, às deduções lógicas faltará necessàriamente a contra-prova da experiência

Temos, pois, de nos contentar com a solução que parece ter em seu favor a maior soma de probabilidades. Mas se alguma dúvida, que sempre fica no espírito em previsões históricas e que é afinal a porta aberta no cérebro a novas verdades, nos deve dispor a uma larga tolerância e à mais cordial simpatia para com os que procuram por outros caminhos chegar ao mesmo fim, não deve, por outro lado, paralizar a nossa ação e impedir-nos de escolher a nossa via e de a seguir resolutamente.

Caráter essencial do socialismo é aplicar-se igualmente a todos os membros da sociedade, a todos os sêres humanos. Ninguém deve poder explorar o braço e o cérebro alheios, mediante o açambarcamento do poder político (exploração econômica e dominação são dois aspectos do mesmo facto, a sujeição do homem ao homem, e resolvem-se sempre um no outro).

Para atingir e consolidar, pois, o socialismo urge a criação de um ambiente que não possa ser, por seu turno, origem de exploração e de domínio, e que leve a uma organização conveniente quanto possível aos

interêsses e às preferências várias e mutáveis dos indivíduos e grupos humanos. Êste ambiente não pode ser a *ditadura,* pois que esta substitui a vontade e a inteligência de todos pela vontade e inteligência de um ou de poucos; tende a impôr a todos uma regra única, apesar da diferença de condições; cria a necessidade de uma fôrça armada para obrigar os recalcitrantes à obediência; faz surgir interêsses antagônicos entre as massas e os que estão mais perto do poder; e acaba, ou com a rebelião triunfante, ou com a consolidação de uma classe dominadora, que depois naturalmente se torna também classe proprietária. Também não parece bom meio o *parlamentarismo* (*monárquico* ou *republicano*), pois igualmente substitui a vontade de um ou de poucos pela de todos, e se, por um lado, deixa um pouco mais de liberdade do que a ditadura, por outro lado cria maiores ilusões, e, em nome de um interêsse coletivo fictício, calca todo o interêsse real, e contradiz, através da feira de eleições e votações, a vontade de cada um e de todos.

Resta a organização livre, de baixo para cima, do simples para o complexo, por meio do livre pacto e da federação das associações de produção e de consumo, isto é, a *anarquia*. E é êste o meio que preferimos.

Para nós, *socialismo* e *anarquia* não são termos opostos, nem equivalentes; são termos estritamente ligados, como o fim ao seu meio necessário, como a substância à forma em que se encarna. O socialismo sem a anarquia, isto é, o socialismo de Estado, afigura-se-nos impossível, pois seria destruído pelo mesmo órgão destinado a mantê-lo, ou seja o Estado.

5
O ANARQUISMO E A MORAL

Há quem ache que os anarquistas negam a moral, porque, sob o ponto-de-vista teórico, não admitem uma moral absoluta, eterna, imutável, e que, na prática, se insurgem contra a moral burguesa, que sanciona a exploração das massas e condena os atos que põem em perigo e prejudicam os privilegiados.

Esquecem-se os que assim pensam de que a moral corrente, além das regras inculcadas pelos sacerdotes e pelos amos, no interêsse do seu domínio, existem também, e são na realidade as mais numerosas e substanciais, as regras que são o resultado e a condição de qualquer convivência social; esquecem-se de que a revolta contra tôda e qualquer regra imposta pela fôrça não significa de maneira alguma a renúncia a todo e qualquer freio moral e a todo e qualquer sentimento de obrigação para com os outros. Para combater racionalmente uma moral é indispensável opor-lhe, em teoria e na prática, uma moral superior. Dentro da moral burguesa, se nisso forem um pouco ajudados pelo temperamento e pelas circunstâncias, os homens acabam por se tornar *imorais*, na acepção absoluta da palavra; isto é, sem regra de conduta, sem critério para guiar as suas ações, cedendo passivamente aos impulsos do momento. Hoje tiram o pão da bôca para socorrer um companheiro, e amanhã matarão um homem para poder ir a um bordel!

A moral é a regra de conduta que cada indivíduo tem por boa. Pode achar-se má a moral dominante numa época, num país determinado, em certa sociedade, e, com efeito, nós achamos péssima a moral burguesa; mas não se pode conceber uma sociedade sem uma moral, seja ela qual fôr, nem um homem consciente que não tenha critério algum para julgar o que é

bom e o que é mau para si e para os demais. Quando combatemos a sociedade presente, à moral egoísta dos burgueses, à moral da luta e da competência, opomos a moral do amor e da solidariedade, e tratamos de estabelecer instituições que correspondam a esta nossa concepção das relações entre os homens. De outra maneira, como poderíamos achar mau que os burgueses explorem o povo?

Outra afirmação daninha, que em muitos é sincera, mas que em outros é uma desculpa, consiste em que o atual ambiente social não permite sermos morais; e que, por conseguinte, é inútil fazer esforços, por meio dos quais nada se poderá alcançar; o melhor será cada um tirar o proveito que possa, dadas as presentes circunstâncias, sem se importar com os outros, mudando depois de vida quando mudar a organização social. Certamente, todo anarquista compreende a fatalidade econômica que hoje constrange o homem a lutar contra o homem, e todo bom observador vê a impotência da revolta individual contra a fôrça prepotente do meio social. Mas é igualmente certo que, sem a revolta do indivíduo que se associa aos outros indivíduos revoltados para resistir ao ambiente e tratar de o transformar, êsse ambiente jamais se modificaria.

Todos nós, sem excepção, nos vemos forçados a viver mais ou menos em contradição com os nossos ideais; mas somos anarquistas, pelo que sofremos com essa contradição e pelo que nos esforçamos por diminuí-la o mais possível. No dia em que nos adaptássemos ao meio, naturalmente nos fugiria o desejo de o transformar, e nos converteríamos em simples burgueses, sem dinheiro talvez, mas nem por isso menos burgueses nas ações e nas intenções.

6
O EMPRÊGO DA VIOLÊNCIA

Outra fonte de erros e de confusões gravíssimas tem sido o modo como muitos interpretam o emprêgo da violência.

A sociedade atual mantém-se pela violência das armas. Nunca uma classe oprimida conseguiu emancipar-se sem recorrer à fôrça; nunca as classes privilegiadas renunciaram a uma parte, mínima embora, de seus privilégios, senão pela fôrça, ou por mêdo à fôrça. As instituições sociais estão de tal modo alicerçadas e depuradas que se torna impossível transformá-las por meio de reformas graduais e pacíficas, impondo-se por isso a necessidade de uma ação decisiva que, acabando com o domínio da violência legalizada, funde uma sociedade sôbre novas bases. A obstinação, a brutalidade com que a burguesia responde aos mais anodinos pedidos do proletariado, demonstram a fatalidade da luta sem tréguas e da forma que se apresentar necessária. É, pois, lógico e indispensável que os anarquistas se empenham num movimento de ação díreta visando a renovação radical da sociedade.

Infelizmente, há uma tendência a confundir os fins com os meios; e a violência, que para nós é e deve continuar a ser uma dura necessidade, tem-se convertido para certos elementos em fim único de ação. A história está cheia de exemplos de homens que, tendo começado a lutar por um fim elevado, perderam no calor da refrega todo o domínio sôbre si mesmos, e, perdendo de vista o fim almejado, se transformaram em feras carniceiras.

7
VIAS E MEIOS

Expusemos até aqui o fim que queremos alcançar, o ideal por que lutamos. Não basta, porém, desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso empregar os meios adaptados à sua realização. E êsses meios não podem ser tomados ao acaso: devem derivar, necessàriamente, dos fins que se propõem e das circunstâncias nas quais se luta. Enganando-nos na escolha dos meios, não se atinge o fim colimado, mas afastamo-nos dêle para realidades muitas vêzes opostas, e que são a consequência natural e necessária dos métodos que se empregam. Quem se põe em marcha e se engana no caminho, não vai onde quer, mas onde o leva o caminho que tomou.

Devemos, portanto, dizer quais são os meios que, em nossa opinião, conduzem ao nosso ideal, e que entendemos empregar.

O nosso ideal não é daqueles cúja plena realização depende do indivíduo considerado isoladamente. Trata-se de mudar a maneira de viver em sociedade; de estabelecer entre os homens as relações de amor e de solidariedade; de alcançar a plenitude do desenvolvimento material, moral e intelectual. E isto, não para um indivíduo isolado, não para os membros duma certa classe ou dum certo partido, mas para todos os sêres humanos. Esta transformação não é uma medida que se possa decretar e impor pela fôrça, mas deve surgir da consciência esclarecida de cada um, para entrar na ordem dos fatos pelo livre consentimento de todos.

A nossa primeira tarefa deve, portanto, consistir em convencer as pessoas.

Por isso chamamos a atenção dos homens para

os males de que êles sofrem e para a possibilidade de fazê-los desaparecer. É necessário sucitar em todos a simpatia pelos sofrimentos alheios e o vivo desejo do bem de todos.

Aos que têm fome e frio, mostraremos que seria possível, suprimindo os lucros e a guerra, assegurar a todos a satisfação das necessidades materiais. Aos oprimidos e desprezados diremos como se pode viver felizmente em uma sociedade de livres e de iguais. Aos atormentados pelo ódio e pelo rancor indicaremos o caminho para alcançar o amor dos seus semelhantes, a paz e a alegria do coração.

E quando tivermos conseguido espalhar na mente dos homens o sentimento de revolta contra os males sociais evitáveis de que se sofre na sociedade atual; quando tivermos sabido fazer compreender as causas dêsses males e como depende da vontade humana eliminá-los; quando tivermos inspirado a muitos o desejo vivo e apaixonado de transformar a sociedade para o bem de todos, então os convictos, por seu impulso próprio e pela persuasão dos que os precederam na convicção, unir-se-ão, quererão e poderão realizar o ideal comum.

Seria absurdo, seria contraditório a nosso fim querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de tôdas as faculdades humanas, por meio da fôrça. É preciso, portanto, contar com a livre vontade dos outros, e a única coisa que podemos fazer é provocar a formação e a manifestação desta vontade. Mas seria quase igualmente absurdo admitir que os que não pensam como nós possam justamente impedir-nos de realizar a nossa vontade, dado o caso de que esta não os prive do direito a uma liberdade igual.

Portanto, liberdade para todos de propagar e de experimentar suas próprias idéias, sem outros limites que aquêles que resultem naturalmente de igual liberdade para todos!

A esta experiência, porém, opõem-se, pela inércia e pela fôrça brutal, os beneficiários dos privilégios atuais. Êles dominam e regulam tôda a vida social presente.

Êles têm nas mãos o monopólio dos meios de produção, e assim são excluidos materialmente, não sòmente a possibilidadê de procurar novas formas de convivência social, mas também o simples direito à vida. Os que nada possuem devem deixar-se explorar e oprimir, se não querem morrer de fome.

Os privilegiados têm polícias, magistraturas e exércitos, cuja missão é defender seus privilégios; tudo está preparado para perseguir, encarcerar, massacrar, caso necessário, os que queiram abolir o monopólio, os que reclamam os meios de viver e a liberdade para todos!

Ciosos de seus interêsses presentes e imediatos, corrompidos pelo espírito de domínio, temerosos ante o porvir, os privilegiados são incapazes de um impulso generoso, ou mesmo de uma concepção um pouco menos estreita de seus interêsses. Seria loucura esperar que êles renunciem voluntàriamente ao poder e à propriedade, contentando-se em serem iguais aos que têm hoje em sujeição.

A experiência histórica demonstra-nos que nunca uma classe se despojou, no todo ou em parte, de seus privilégios; que nunca o govêrno abandonou o poder sem a isso ser obrigado pela fôrça ou pelo mêdo da fôrça. Mas deixemos isso! Os fatos contemporâneos bastam para convencer o mais ingênuo que os gover-

nantes e os burgueses entendem usar da fôrça material para a sua defesa, não sòmente em face da expropriação total, mas diante das menores reivindicações populares, e que estão sempre preparados para recorrer às perseguições mais atrozes e aos massacres mais sangrentos. Aos povos que desejarem emancipar-se não resta senão uma saída: opôr a violência à violência.

Do exposto resulta que devemos trabalhar para despertar nos oprimidos o vivo desejo duma transformação radical da sociedade e mostrar-lhes que, unindo-se, terão fôrça para vencer. Que devemos ao mesmo tempo propagar nosso ideal e preparar as fôrças para quebrar o jugo inimigo e para que seja organizado o mundo novo. Quando tivermos a fôrça, deveremos, aproveitando as circunstâncias favoráveis, que se produzirão, ou provocando-as nós mesmos, fazer a revolução social, quer dizer: acabar com os privilégios, socializar a terra e as moradias, pôr em comum os meios de subsistência e de produção, e impedir que novos potentados venham impor sua vontade e opor-se à reorganização social como obra direta dos interessados.

Tudo isto, porém, não é tão simples como parece à primeira vista. Nós temos que tratar com os homens tais quais êles são na atual sociedade, nas condições morais e materiais mais desfavoráveis, e enganar-nos-íamos se pensássemos que a simples propaganda bastasse para erguê-los ao nível de desenvolvimento pessoal necessário à realização do nosso ideal.

Entre o homem e o meio exerce-se uma ação recíproca. Os homens fazem a sociedade tal como ela é; a sociedade faz os homens tais quais êles são. Daí resulta uma espécie de círculo vicioso. Para transformar a sociedade, é preciso transformar os homens, e para transformar os homens é preciso transformar a sociedade.

A miséria embrutece o homem e, para destruir a

miséria, é preciso que os homens tenham consciência e vontade. A escravidão ensina os homens a serem servís, e para se libertar da escravidão é preciso que os homens aspirem à liberdade. A ignorância faz com que os homens não conheçam as causas de seus males e não saibam dar-lhes remédio; e, para destruir a ignorância, seria preciso que os homens tivessem o tempo e os meios para se instruir.

Como sair deste impasse?

Felizmente, a sociedade atual não foi formada pela clara vontade duma classe dominante organizadora, que tivesse sabido reduzir todos os dominados ao estado de instrumentos passivos e inconscientes de seus interêsses. A sociedade atual é o resultado de lutas intestinas, de fatores naturais e humanos agindo ao acaso, sem direção consciente; e, finalmente, não há divisão nítida, absoluta, entre indivíduos, nem entre classes.

As variedades das condições naturais são infinitas; infinitos os graus do desenvolvimento moral e intelectual. O reino da especialização, da adaptação e da resignação não é universal. É mesmo muito raro que o lugar de cada um na sociedade corresponda às suas faculdades e às suas aspirações. Não há casta estável; sem cessar os homens caem em condições inferiores àquelas a que pertenciam, e outros, por circunstâncias particularmente favoráveis, conseguem elevar-se acima do nível em que nasceram. Uma parte notável do proletariado já chegou a sair do estado de miséria absoluta, embrutecedora, ou nunca a ela pôde ser reduzido. Nenhum trabalhador, ou quase nenhum, se encontra num estado de inconsciência completa, de aquiescência total às condições que lhe oferecem os patrões. E as instituições mesmas, que são produto da história, contém contradições orgânicas que são como germes de morte, cujo

desenvolvimento provoca a dissolução da estrutura social e a necessidade da sua transformação.

Por isso, a possibilidade do progresso existe. Não, porém, a possibilidade de levar, por meio sòmente da propaganda, todos os homens ao nível necessário para que possamos estabelecer a ANARQUIA sem uma transformação gradual, preliminar do meio.

O progresso deve caminhar paralelo e simultaneamente entre os indivíduos e o meio social. Por isso devemos aproveitar todos os meios, tôdas as possibilidades, tôdas as ocasiões que nos oferece o meio atual, para agir sôbre os homens, desenvolver sua consciência e suas aspirações. Devemos utilizar todos os progressos realizados na consciência dos homens, para os levar a reclamar e impor as maiores transformações sociais atualmente possíveis, ou as que servirão melhor para abrir caminho aos progressos ulteriores.

Não esperamos poder instaurar a Anarquia, e, até lá, limitar-nos à propaganda pura e simples. Se nada fizermos, bem depressa teremos esgotado o nosso terreno de prospecção. Teremos convencido, sem dúvida, todos aquêles que as circunstâncias do meio atual têm inclinado para nós, tornando-os susceptíveis de compreender e de aceitar as nossas idéias. Uma vez, porém, convencidos êsses convertidos, a nossa propaganda tornar-se-á estéril. E, mesmo que as transformações do meio elevem novas camadas populares à possibilidade de conceber idéias novas, as nossas idéias cessarão de ser um polo de atração, uma fôrça de realidade, ainda que o movimento social se produza sem nossa intervenção prática.

Devemos lutar para que o povo, em sua totalidade e em suas diversas frações, reclame imponha e realize por si mesmo, tôdas as melhorias, tôdas as liberdades

que deseje, à medida que lhes sinta a necessidade e que adquira a fôrça para delas se apoderar. Assim, propagando sempre o nosso programa integral e lutando sem cessar por sua realização completa, devemos incitar o povo a reivindicar e a conquistar sempre e cada vez mais novas melhorias, até à sua emancipação definitiva.

8

A LUTA ECONÔMICA

O mal que hoje pesa mais diretamente sôbre os trabalhadores, e que constitui a razão principal de tôdas as sujeições morais e materiais que êles sofrem, é a opressão econômica, isto é, a exploração que o Estado e os patrões exercem sôbre o trabalho, graças ao monopólio de todos os grandes meios de produção e de troca.

Para suprimir radicalmente, e duma vez para sempre, esta exploração, é preciso que o povo, em seu conjunto, esteja profundamente convencido de que o uso dos meios de produção é um direito natural do trabalhador. E é preciso que êle ponha em prática êsse direito, pela expropriação dos que monopolizam o solo e demais riquezas sociais. A terra e as riquezas devem, efetivamente, ser postas à disposição de tôda a coletividade.

Pode-se, porém, imediatamente proceder a esta socialização integral? É possivel passar-se diretamente, sem grau intermediário, do inferno em que vive hoje o proletariado, ao paraiso da propriedade comum?

Os fatos nos demanstrarão aquilo de que são capazes os trabalhadores.

A nossa missão consiste em preparar o povo mo-

ral e materialmente, em vista da expropriação necessária, ousando e renovando a tentativa tôdas as vêzes que um abalo revolucionário nos ofereça ocasião, e isso sempre até o triunfo definitivo.

Mas de que maneira poderemos preparar o povo? De que modo poderemos preparar as condições que tornarão possível, não só o fato material da expropriação, mas a utilização, em proveito de todos, da riqueza comum?

Dissemos, mais acima, que a simples propaganda, falada ou escrita, será impotente para conquistar para as nossas idéias a massa popular em conjunto. Impõe-se por isso, a necessidade de uma educação prática, que seja alternadamente a causa e o resultado da transformação gradual do meio. É preciso desenvolvermos entre os trabalhadores o sentimento reivindicador, despertando o seu desejo de melhorar, pelo próprio esfôrço, as suas condições sociais. É preciso que todos juntos, unidos e solidários entre si, sustentem uma luta sem tréguas para a obtenção do seu bem-estar e de sua liberdade.

E nós, como anarquistas e como trabalhadores, encorajamos e estimulamos essa luta e lutamos com êles na primeira fila.

Mas, dir-se-á, serão possíveis, em regime capitalista, esses progressos parciais dentro da situação material e moral dos trabalhadores? E, se são possíveis hoje, serão úteis desde o ponto-de-vista da futura emancipação integral pela transformação social?

Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, a sua principal utilidade reside na luta mesma. É por ela que os trabalhadores compreendem que os patrões e os governantes têm interêsses opostos aos seus, e que não poderão melhorar

as suas condições, e ainda menos emancipar-se, senão unindo-se todos e tornando-se mais fortes que os patrões. Se conseguirem obter o que pretendem, tanto melhor! Ganharão mais, trabalharão menos. Terão mais tempo e mais fôrça para refletir sôbre as coisas que lhes interessem, e todos sentirão logo desejos maiores, sempre cada vez mais altos e elevados. Se nada conseguirem, serão levados a estudar as causas de seu insucesso e a conhecer a necessidade duma maior união, duma maior energia, e compreenderão, finalmente, que, para vencer definitivamente e com tôda a certeza, é preciso abolir o capitalismo. A causa da transformação social, a causa da elevação moral dos trabalhadores e de sua emancipação não podem senão ganhar, pelo fato de os trabalhadores se unirem e lutarem pelos seus interêsses.

Mas, ainda mais uma vez, é possível que os trabalhadores consigam, no estado atual das coisas, melhorar realmente de condições?

Isso depende do concurso duma infinidade de circunstâncias. Apesar do que alguns digam, não existe nenhuma lei natural, "lei de bronze dos salários", que determine a parte que cabe ao trabalhador do produto de seu trabalho. Ou, se se quer formular uma lei, ela não pode ser outra senão a seguinte: O SALARIO NÃO PODE DESCER NORMALMENTE ABAIXO DO QUE É NECESSARIO À CONSERVAÇÃO DA EXISTÊNCIA, E NÃO PODE NORMALMENTE ELEVAR-SE AO PONTO DE NÃO DEIXAR QUALQUER LUCRO AO PATRAO.

É claro que, no primeiro caso, os operários morreriam, e assim não receberiam mais salário; e, no segundo caso, os patrões deixariam de dar trabalho e, por conseguinte, nada pagariam. Mas, entre êsses dois extremos possiveis, há uma infinidade de graus que se vão elevando desde a miserável condição de muitos trabalhadores agrícolas até à quase decente dos operários especializados das grandes cidades.

O salário, o horário diário e tôdas as outras condições de trabalho, são a resultante das lutas entre governantes e patrões, dum lado, e operários de outro. Os primeiros procuram dar aos trabalhadores o menos possível e esfalfá-los até ao esgotamento completo, enquanto que os trabalhadores esforçam-se por trabalhar menos e ganhar mais. Quando os trabalhadores se contentam com pouco, isto é, quando, embora descontentes, não sabem opor uma sólida resistência, são bem depressa reduzidos a condições de vida quase animalescas. Quando, ao contrário, têm um alto conceito do que deveriam ser as condições de existência de sêres humanos; quando sabem unir-se e, recusando-se a deixar-se explorar, demonstram uma ameaça latente ou explícita de rebeldia, ousando fazer-se respeitar pelos patrões e pelos governantes, então são tratados de maneira suportável. De modo que se pode dizer que o salário, em certos limites, é o que o operário exige, não como indivíduo, bem entendido, mas como classe.

Portanto, lutando, resistindo à exploração patronal, os assalariados podem opôr-se, até certo ponto, à agravação de sua situação, e mesmo obter melhorias reais. A história do movimento operário já demonstrou esta verdade.

É necessário, porém, não exagerar o alcance dessas lutas entre explorados e exploradores, no terreno exclusivamente econômico. As classes dirigentes podem ceder, e cedem de fato, às exigências operárias espremidas, a menos que elas não ameacem a existência do regime.

Mas, quando os assalariados começarem (e é urgente que o façam) a reclamar aumentos tais que absorvam todo o lucro patronal e constituam, de qualquer forma, uma expropriação indireta, é certo que os patrões e os governantes jogarão a última cartada. Procurarão reduzir, pela violência, os operários às condições de exploração que formam a base da existência de todos os privilegiados.

E, por outro lado, muito antes dos obreiros, puderem pretender, como compensação de seu labor, receber o equivalente social do que êles têm produzido, a luta econômica demonstrar-se-á insuficiente para assegurar o melhoramento da sua vida.

"Tôdas as riquezas são o produto do trabalho, e sem êle o homem não poderia viver", afirmou-se com razão. Parece, pois, que, com a luta, os trabalhadores poderiam impor todas as suas vontades. A união, porém, de todos os explorados, mesmo numa única profissão, mesmo limitada a um só país, é dificilmente realizável. De mais, à união dos operários opõe-se a coesão de todos os privilegiados de qualquer categoria. Ora, os primeiros vivem dia a dia, e, se fazem greve, ficam logo sem pão. Os outros dispõem de estoques, do dinheiro, e de tôda a organização social existente: podem, portanto, esperar que a fome tenha reduzido os assalariados à sua discreção. A invenção e a introdução de novas máquinas lançou grande número de trabalhadores no desemprêgo, aumentando o número dos sem-trabalho, aos quais a fome obriga a vender-se não importa por que preço. A imigração traz de repente, nos países onde as condições são mais favoráveis, multidões de trabalhadores sem recursos, os quais, queiram ou não queiram, dão ao patronato o meio de diminuir os salários. E todos esses fatos, resultando necessàriamente

do sistema capitalista, contrabalançam o progresso da consciência e da solidariedade operárias. Possuem mesmo um efeito mais rápido que esse progresso, que detêm e destroem.

Em todo caso, fica sempre êsse fato primordial, que a produção, no sistema atual, é organizada por cada empregador para seu proveito pessoal e pelo Govêrno para as necessidades de sua existência guerreira: a sua "direção" não é de modo algum orientada para satisfazer as necessidades dos trabalhadores.

9
A LUTA POLÍTICA

Assim, a desordem, o desperdício das fôrças humanas, a rarefação voluntária dos produtos, os trabalhos nocivos e doentios, o desemprêgo, o abandono da terra, o uso incompleto das máquinas etc. — são outros tantos males, que é impossível evitar sem arrancar aos capitalistas a posse dos meios de trabalho e, por conseqüência, a direção da produção. E a utilização militarista e burocrática das fôrças humanas para a morte e não para a vida está indissoluvelmente ligada à existência dos governos.

Aos operários que desejarem emancipar-se ou simplesmente melhorar sèriamente o modo de sua existência, apresenta-se, quase imediatamente, a necessidade de se defendeer contra o Estado, a necessidade de combater o Estado, que, legitimando o direito de propriedade e sustentando-o pela fôrça brutal, constitui uma barreira inexpugnável ao progresso. Além disso é preciso acabar com os regimes de tirania, se não se quiser voltar para trás, a uma nova escravização do produtor, tornado escravo do guerreiro.

À luta econômica é preciso aliar a insurreição, quer dizer, a luta contra a fôrça organizada. Em lugar do choque com os milhões capitalísticos dos magros tostões penosamente reunidos nas caixas sindicais, é preciso

tomar e fazer trabalhar as usinas pelo povo. Aos fuzis e aos canhões que defendem o regime, é preciso opôr os meios mais eficazes que o povo puder encontrar, para vencer a fôrça pela ação organizada. Êste é o problema da luta "política".

Por luta política entendemos a luta contra o Govêrno. O Govêrno compõe-se de indivíduos que obtiveram de qualquer maneira o poder e que o detêm atualmente: o poder de fazer leis e de impô-las aos governados, quer dizer, ao povo.

O Govêrno é um produto do espírito de domínio e de violência. É o instrumento coletivo utilizado por alguns homens para impor aos outros as suas "competências" reais ou fictícias. É o criador dos privilégios, sua criatura e seu defensor natural.

É falso dizer que o Govêrno desempenha dòcilmente, na atualidade, o papel de defensor do capitalismo, e que, uma vez abolido o capital, tornar-se-ia o representante e o fiel gerente do interêsse de todos. Primeiramente, o capitalismo atual não utiliza o Govêrno como um simples instrumento, mas sim o Govêrno é dominado e organizado por êle. Para que os trabalhadores possam apoderar-se das riquezas sociais e organizar, no interêsse de todos, a produção e o consumo, é preciso expulsar o Govêrno de tôdas as suas posições, reduzí-lo à impotência, ignorando-o, e abolí-lo definitivamente.

Se a exploração capitalista fôsse destruída, mas deixassem de pé o Govêrno, o Govêrno "revolucionário" não deixaria de restabelecer a exploração sob uma forma qualquer, concedendo tôda a sorte de privilégios às novas "competências sociais". Não podendo contentar tôda a gente, o Govêrno "revolucionário", tal como o anterior, o Govêrno burguês, teria necessidade naturalmente duma classe econômicamente forte que o sus-

tentasse, em troca da proteção legal e material que ela receberia dêle.

Em conclusão, não se pode abolir o privilégio e estabelecer sòlidamente, definitivamente, a liberdade e a igualdade sociais, sem acabar com o Govêrno, acabando definitivamente com a instituição governamental em si mesma.

Nisso, porém, como em todos os fatos de interêsse público (e mais ainda que em qualquer outro), é preciso que se obtenha o consentimento geral. Eis porque nos esforçamos em persuadir tôda a gente de que o Govêrno é inútil e nocivo; que se pode passar sem êle e que se passará muito melhor sem êle. Sòmente, como já dissemos, a simples propaganda é impotente para conseguir tudo isso, e se nos contentarmos em pregar contra o Govêrno — esperando, de braços cruzados, o dia em que o povo estivesse convencido da possibilidade e da utilidade de acabar com não importa que qualidade de Govêrno — esse dia certamente jamais chegaria.

Eis por que, denunciando tôda espécie de Govêrno e reclamando sempre a liberdade integral, participamos de todo o combate pelas liberdades parciais, convencidos de que é pela luta que a luta se prepara e que aquêle que toma gôsto pela liberdade finda por querê-la para sempre em tôda a sua integridade. Estamos sempre com o povo e quando não conseguirmos fazer-lhe querer muitas coisas, procuramos que, pelo menos, aspire a "alguma" coisa. Envidamos esforços para que o povo aprenda — com pouca ou muita vontade — a querer conquistar por si mesmo, e a odiar e desprezar todo aquêle que governou ou pretenda governar.

Pois que o Govêrno possui hoje o poder de regular por leis e decretos tôda a vida social; pois que se

arroga o direito de ampliar ou restringir a liberdade dos cidadãos; e, pois, que não podemos ainda arrancar-lhe tudo isso, devemos ao menos procurar despojá-lo, pouco a pouco, do poder, e obrigá-lo a fazer do resto o uso menos perigoso possível. Sustentamos esta ação fora do Govêrno e contra êle, pela agitação nas ruas, ameaçando tomar à fôrça, o que se recuse conceder-nos. Nunca aceitamos uma função legislativa ou executiva, nacional, estadual ou municipal, porque, caso contrário, diminuiríamos a eficácia da nossa ação e estaríamos traindo o futuro da nossa causa.

A luta contra o Govêrno resume-se, em última análise, numa luta física e material. O Govêrno faz as leis. Deve, portanto, dispor da fôrça material (exército, polícia), para impor as leis. Doutro modo, só obedeceria quem quisesse, e não haveria mais lei, mas uma simples proposição, que cada um poderia aceitar ou repelir. Os Governos têm essa fôrça e servem-se dela para reforçar o seu domínio legal, no interêsse das castas privilegiadas, oprimindo e explorando os trabalhadores.

O único limite à opressão governamental é a fôrça que o povo se mostre capaz de lhe opor. Pode haver conflito aberto ou oculto, mas há sempre conflito, porque o Govêrno não se detêm diante do descontentamento e da resistência populares, se não quando sente o perigo duma rebelião popular.

Quando o povo se submete dòcilmente à lei, ou quando os protestos são fracos e platônicos, o Govêrno toma resoluções, sem se ocupar com as necessidades do povo. Quando os protestos se avivam, tornando-se insistentes e ameaçadores, o Govêrno, conforme o estado de suas fôrças e a habilidade de seus chefes, cede ou reprime. É preciso, porém, chegar sempre à insurreição, porque, se o Govêrno não cede, o povo acaba por

se encolerizar, e se êle cede o povo toma consciência da sua fôrça e exige sempre mais, até que a incompatibilidade entre a liberdade e a autoridade se torne evidente e desencadeie o conflito.

É, pois, necessário preparar-se, moral e materialmente, para que, ao termo da luta violenta, a vitória pertença ao povo.

A insurreição vitoriosa é o fato mais eficaz para a emancipação popular, porque o povo, tendo sacudido o jugo, torna-se livre para fundar as instituições que êle prefira. É então que a distância que separa o nível legal dos costumes (sempre retardatário), do nível de civismo, ao qual chegou a massa da população, pode ser transposto dum salto. A insurreição abre o caminho à revolução, isto é, à entrada em atividade das fôrças latentes e acumuladas durante o período precedente de evolução.

Tudo depende daquilo que o povo seja capaz de querer. Nas insurreições do passado, o povo, inconsciente das verdadeiras causas de seus males, quis muitas coisas, mas pouquíssimas coisas soube conquistar.

13

QUE QUERERÁ E QUEM QUERERÁ A PRÓXIMA TRANSFORMAÇÃO?

Isso depende em grande parte do valor de nossa propaganda, e da energia que pudermos desenvolver

Devemos expropriar os possuidores e pôr em comum todos os produtos disponíveis; organizar a vida social, por meio de associações livremente constituídas, sem atender a ordens de ninguém; recusar nomear ou reconhecer qualquer Govêrno; desobedecer a todo corpo político que, sob nome de Assembléia Constituinte, Comité executivo, Ditadura revolucionária, ou qualquer outro, se atribuiria, mesmo a título provisório, o direito de fazer leis e impor aos outros a sua vontade pela fôrça.

Devemos, em nome do direito, que reivindicamos, de ser livres, mesmo se os outros querem permanecer escravos, e pela eficácia do exemplo, agir por nós mesmos, tanto quanto pudermos, no sentido da realização de nossas idéias. Não devemos reconhecer Govêrno de qualquer espécie; devemos, antes, e pelo contrário, manter viva a resistência e fazer que nos municípios onde as nossas idéias sejam simpàticamente acolhidas se constituam comunas libertárias, repelindo tôda ingerência governamental, estabelecendo relações livres com outras localidades e procurando viver à sua vontade.

Devemos sobretudo, opor-nos por todos os meios

à reconstituição da polícia e do exército, e aproveitar tôdas as ocasiões propícias para incitar os trabalhadores das localidades "não-anarquistas" a fazer outro tanto. E, qualquer que seja o resultado, continuaremos a lutar, sem um momento de tréguas, contra os proprietários e os governantes, tendo sempre em vista a emancipação completa, econômica, moral e política de toda a humanidade.

11

CONCLUSÃO

Queremos, pois, abolir radicalmente a dominação e a exploração do hómem pelo homem. Queremos que os homens, unidos como irmãos por uma solidariedade consciente e voluntária, concorram da melhor vontade para o bem-estar de todos.

Queremos que a sociedade seja organizada para fornecer a todos os seres humanos os meios morais e materiais para atingir o seu completo desenvolvimento.

Queremos para todos pão, liberdade, saber e amor.

É para alcançar êsse fim supremo que cremos necessário pôr os meios de produção à disposição de todos, e que nenhum homem ou grupo de homens possa obrigar os outros a obedecer à sua vontade, de modo que só a influência do exemplo e da razão prevaleçam.

Portanto: expropriação dos detentores do solo e do capital, em proveito de todos, e abolição do Estado.

Enquanto não chega o dia da Anarquia, continuamos e propagar o ideal anarquista; organizar as fôrças populares; combater sem cessar e conforme os casos, o Estado e o Capitalismo, a fim de conquistarmos o mais que se puder de liberdade e de bem-estar para todos.

ÍNDICE

PEDIDOS A
Caixa P. 5739
ERRICO MALATESTA
SOLUÇÃO ANARQUISTA
para a Questão Social
GUILDA DE ESTUDOS SOCIAIS
São Paulo – Brasil
1962